

O PROBLEMA DA ASSOCIAÇÃO DE GRUPOS LINGÜÍSTICOS AOS REGISTROS ARQUEOLÓGICOS NA PRÉ-HISTÓRIA BRASILEIRA

Congresso Brasileiro Online de Letras, 2^a edição, de 25/07/2022 a 27/07/2022
ISBN dos Anais: 978-65-81152-71-0

SILVA; Leandro Vieira da Silva¹

RESUMO

As tentativas de associar registros arqueológicos a grupos lingüísticos é uma prática muito antiga. E apesar dessa metodologia ser fortemente criticada na atualidade, ela ainda mantém adeptos fiéis em determinados círculos acadêmicos. Assim, o objetivo dessa publicação é discutir a problemática de se atribuir idiomas a sociedades ágrafas indígenas que se extinguiram no território brasileiro, antes mesmo da chegada dos portugueses. O método de trabalho constituiu em uma revisão de literatura interdisciplinar, envolvendo Linguística e Arqueologia, com a finalidade de resgatar as raízes dessas práticas para contextualizá-la do ponto de vista teórico e ao final apresentar as conclusões sobre esse tema. No início do século XX, adotava-se a perspectiva de que determinados objetos fabricados no passado poderiam ser diretamente associados a culturas específicas e, por extensão, a grupos linguísticos também específicos. Esse pensamento associativo surgiu em um contexto intelectual ainda no século XIX e narrativas históricas foram construídas para demonstrar a longa história dos povos europeus, como a reconstrução da trajetória do tronco Indo-Europeu a partir da Hipótese Kurgan, a qual combinava estudos de Linguística e de Arqueologia para identificar a origem desses povos. Já do ponto de vista político, essas investigações foram bem acolhidas, pois proporcionava às nações européias uma longevidade cultural que era necessária para fortalecer os sentimentos nacionalistas daquela época. Além de contribuir com ideias relacionadas à superioridade “racial” e que eclodiu com toda sua força durante o regime da Alemanha nazista. Durante esse tempo, a Arqueologia interpretou os vestígios como um produto de povos culturalmente homogêneos, no qual se formava uma verdadeira tríade: cultura material, povo e língua. Esse modo de interpretar o passado perdurou até os anos sessenta do século passado, quando uma nova corrente teórica nasceu na Antropologia e se disseminou pelas disciplinas correlatas como a História e a Linguística. Entretanto, no Brasil esses pressupostos ainda não se estabeleceram de forma predominante na Arqueologia e conta com a presença de associações simplistas entre cultura material e grupos linguísticos, sobretudo para os artefatos cerâmicos. É no contexto amazônico que associações entre cerâmica e língua são bastante utilizadas, como a cerâmica da Tradição Polícroma, cujos oleiros seriam falantes de línguas que pertenciam à família Tupi-Guarani. E ainda, a cerâmica Koriabo que estaria associada aos falantes do tronco linguístico Karibe. Essas associações que basicamente se valem da sobreposição de territórios, são arriscadas e não apresentam comprovação científica, por se tratarem de sociedades ágrafas. As ocorrências dessas cerâmicas podem ser produtos de outros processos, como comércio e apropriação cultural. E do ponto de vista lingüístico, essas sociedades poderiam adotar 2 ou mais línguas e utilizá-las conforme situações de ordem cultural, social, econômica ou política e não única e exclusivamente pela sua identidade étnica. Incluindo ainda a possibilidade de variação diacrônica, com uma língua sendo gradualmente substituída por outra ao longo das gerações. Assim, nesta publicação, conclui-se que não se pode conjugar cultura material com grupos linguísticos de forma mecanicista que, a nosso ver, constitui-se em uma prática altamente arbitrária.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística, Grupos Linguísticos, Línguas Indígenas, Pré-História,

¹ IEF-MG, leandro.vieira@meioambiente.mg.gov.br

